

O ESQUEMATISMO TRANSCENDENTAL KANTIANO

Fábio César da Silva *

Resumo: O objetivo desse artigo é descrever o termo *esquematismo*, bem como sua articulação no *idealismo transcendental* de Immanuel Kant (1724-1804). Esse termo diz respeito à maneira pela qual o conhecimento humano é realizado através da operação conjunta de duas *faculdades* distintas, o *entendimento*, em que se opera o *conceito*, e a *sensibilidade*, em que se operam as *formas puras da intuição*. O *conceito* seria do âmbito da representação, da ideia; e as *formas puras da intuição* seriam do âmbito empírico, do *fenômeno*. Segundo Kant, há uma representação servindo como elemento mediador entre o *conceito* e a *intuição* denominado de *esquema transcendental*, sendo que o processo pelo qual esse *esquema* acontece é intitulado de *esquematismo transcendental*. Na verdade, esse processo pode ser considerado, estrito senso, como o arcabouço do *idealismo transcendental*.

Palavras-chaves: Esquematismo Transcendental. Esquema Transcendental. Idealismo Transcendental. Immanuel Kant. Crítica da Razão Pura.

Abstract: The aim of this paper is to describe the term *schematism* and its articulation in the *transcendental idealism* of Immanuel Kant (1724-1804). This term refers to the way human knowledge is realized through the joint operation of two distinct faculties, the *understanding*, in which operates the *concept*, and the *sensibility*, in which operate the *pure forms of intuition*. The *concept* is in the scope of the representation, of the idea; and the *pure forms of intuition* is in the scope of the empiric, of the *phenomenon*. According to Kant, there is a representation serving as mediator element between *concept* and *intuition* called *transcendental schema*, being it the process by which this *schema* happens is entitled *transcendental schematism*. In fact, this process can be considered in the strict sense as the framework of the *transcendental idealism*.

Keywords: Transcendental Schematism. Transcendental Schema. Transcendental Idealism. Immanuel Kant. Critique of Pure Reason.

* Mestre em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Ouro Preto-MG (UFOP). Professor Efetivo de Filosofia da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) /Unidade Ibitaré. E-mail: fcs128@hotmail.com.

Uma das famosas passagens da *Crítica da Razão Pura*, cuja localização em específico está no *Prefácio* da segunda edição¹, seria a comparação feita por Immanuel Kant (1724-1804) entre sua posição diante da Filosofia até então vigente em sua época com a revolução feita por Nicolau Copérnico (1473-1543) na astronomia. Antes de Copérnico, explicava-se o movimento dos corpos celestes sob a perspectiva de que eles se movimentavam em redor do observador na Terra, sendo que a mudança de perspectiva de Copérnico foi justamente considerar que os corpos celestes ficassem imóveis e o observador movimentasse ao redor deles. Por analogia, Kant pensou também que em relação à Filosofia vigente teria de haver uma mudança de perspectiva concernente à visão das “escolas” antagônicas daquela época: os racionalistas e os empiristas. Apesar de suas divergências, essas “escolas” postulavam a ideia comum de que a possibilidade de realização do conhecimento humano era relacionada aos objetos observados. Tanto os racionalistas, pensando que o conhecimento se realizava pelas formulações de conceitos subsumidos aos objetos reais; como os empiristas, pensando que o conhecimento se realizava pela constante observação experimental desses objetos. Ambos postulavam que o conhecimento se estabelece pela junção de dois juízos expressados num único sintagma denominado de *juízos analíticos a priori*. Os *juízos analíticos* seriam juízos cujo valor de verdade é conhecido por uma análise conceitual, tal como a proposição “azul é uma cor”. Logo, tais juízos não são informativos. Os *juízos a priori* seriam juízos que não depende da experiência para se efetivarem, dessa forma, seriam apodícticos², ou seja, necessários e universais.

Kant reverteu essas posições dos racionalistas e dos empiristas de que o conhecimento seria focado no objeto cognoscível, mudando de perspectiva através da consideração de que o conhecimento se realiza pela experiência do sujeito conhecedor sob um aparelho cognitivo universal e necessário. É por isso que o próprio Kant considerou essa mudança de perspectiva como uma revolução copernicana na Filosofia. Na verdade, ele amalgamou as concepções

1 A *Crítica da Razão Pura* possui duas versões, sendo a primeira editada em 1781 e a segunda edição em 1787. São consideradas versões porque Kant, depois de receber críticas de que postulava um *idealismo empírico* do tipo de Berkeley ou de Descartes na primeira edição, fez algumas mudanças nas exposições de suas ideias na segunda edição, a qual se tornou a versão prevalente por muito tempo. Entretanto, alguns intérpretes, lendo a primeira e a comparando com a segunda, entenderam que havia diferenças substanciais de uma edição para outra. Por exemplo, na primeira, Kant teria dado maior ênfase à *imaginação* no processo de realização do conhecimento; e, na segunda, teria dado mais ênfase ao aspecto lógico-formal. Assim, esses intérpretes se dividiram, de um lado, entre os que preferiram a primeira edição e, de outro lado, os que preferiram a segunda edição.

2 Kant define os juízos apodícticos como contraposição aos juízos problemáticos: “Assim, juízos *problemáticos* são simplesmente aqueles que expressam possibilidade lógica, e *apodícticos* são aqueles que expressam necessidade lógica” (KANT, IMMANUEL. In: DICIONÁRIO de Filosofia de Cambridge. São Paulo: Edição Paulus, 2006. p. 537).

racionalistas e empiristas numa mesma fórmula pela postulação de que o conhecimento se realiza através da junção de dois juízos expressados no sintagma *juízos sintéticos a priori*. *Juízos sintéticos* são juízos em que ocorreriam ganhos de conhecimentos e informações através da observação empírica, tal como a proposição “a porta está aberta”. Desse modo, Kant fez uso de uma ideia original através da afirmação de que o verdadeiro conhecimento teria de possuir ganhos informativos e acumulativos dados pela experiência, como juízos *sintéticos*; e, simultaneamente, teria de ser universal e necessário, como juízos *a priori*. Essa nova perspectiva diante do conhecimento sugerida por Kant pode ser considerada a grande questão da *Crítica da Razão Pura* representada na pergunta fundamental “como é possível o conhecimento *sintético a priori*?”. Sob o ponto de vista de Kant, a sua filosofia, o *idealismo transcendental*, responde essa pergunta de maneira convincente.

À primeira vista, a nova filosofia kantiana parece se ater aos problemas estritamente de ordem de uma teoria do conhecimento. Todavia, eles estão conectados às querelas mais gerais sobre a metafísica de sua época. Assim, os *juízos sintéticos a priori* poderiam solucionar, para Kant, confusões epistêmicas e metafísicas através de uma demarcação dos âmbitos cognoscíveis humanos. Para isso, haveria um âmbito em que o conhecimento é possível alcunhado de *fenômeno*, representado pelas ciências matemáticas e físicas; e um outro âmbito em que tal conhecimento não é possível alcunhado de *coisa em si*, representado pela metafísica e suas questões especulativas, tal como a imortalidade da alma, a existência de Deus e a possibilidade da liberdade. No *fenômeno*, o conhecimento é realizado por que os *juízos sintéticos a priori* são operacionalizados devidamente pela junção entre os objetos empíricos captados pela experiência e a formulação de *conceitos* referidos a esses objetos. Seria justamente isso que não ocorre no âmbito da *coisa em si*, pois não há possibilidades de haver qualquer tipo de experiência nesse âmbito. Em suma, para Kant, o conhecimento é necessariamente constituído pela junção entre os dados empíricos captados pela experiência com as formulações de *conceitos* referidos ao real, comprovando a aplicação dos juízos *sintéticos a priori* como maneira de realização do conhecimento.

Digno de nota é que no próprio termo *sintético a priori* é possível identificar os elementos essenciais das postulações kantianas de conhecimento. O *sintético* estaria relacionado à *intuição (Anschauung)*³ ou a experiência e o *a priori* estaria relacionado aos

³ É mister enfatizar a concepção que Kant pretendia transmitir do termo “intuição”. Ele usou a palavra alemã *Anschauung*, cujo significado seria “olhar para”, tendo em vista a palavra do latim *intuitus*. Ela era usada pela epistemologia escolástica, significando o contato direto que o sujeito teria com os objetos particulares como efetivação de um conhecimento empírico. Todavia, a palavra traduzida em português talvez nos cause um

conceitos. Com isso, para que ocorra de fato o conhecimento através da união entre os juízos *sintéticos* e o *a priori*, deve existir em todos os sujeitos um aparelho mental apodítico que possua duas faculdades, a *faculdade da sensibilidade* e a *faculdade do entendimento*. Importante salientar que a afirmação da existência desse aparelho mental de maneira alguma sugere um tipo de psicologia do conhecimento, pois tal aparelho se remete ao modo como o conhecimento é realizado sob os auspícios do *idealismo transcendental*, isto é, o sujeito não seria estritamente empírico, mas transcendental. Desse modo, seria a *faculdade da sensibilidade*, tema principal do capítulo *Estética Transcendental*, que permite aos homens apreenderem os objetos cognoscíveis através de duas *formas puras da intuição*: o *tempo* e o *espaço*. Isso quer dizer que todas as apreensões dos objetos pelo sujeito se dariam pela acomodação externa, na realidade, através da *forma pura da intuição do espaço*; e pela acomodação interna, na mente do sujeito, pela *forma pura da intuição do tempo*. Com efeito, a *faculdade da sensibilidade* seria uma faculdade receptiva, porque acomoda passivamente o objeto cognoscível da multiplicidade do real no aparelho cognitivo humano.

Por outro lado, seria a *faculdade do entendimento*, tema do capítulo *Lógica Transcendental*, que permite aos sujeitos formularem *conceitos* referidos aos objetos apreendidos através da *faculdade da sensibilidade*. Assim, a *faculdade do entendimento* seria uma faculdade produtiva, porque lança ativamente um *conceito* homogêneo sobre os objetos múltiplos cognoscíveis. Os tipos de *conceitos* do *entendimento* são sistematicamente classificados por Kant através das modalidades de doze categorias, cuja aplicabilidade no real é comprovada por meio de deduções⁴. Essas doze categorias são alcunhadas por Kant de *tábuas das categorias* que, por sua vez, correspondem a doze juízos denominados pelo filósofo de *tábuas dos juízos*. As *tábuas das categorias* indicam uma condição meramente formal do conhecimento, sendo exclusivamente *a priori*. Por outro lado, as *tábuas dos juízos* são os *conceitos a priori* que são referenciais à realidade. No *entendimento*, essas doze categorias são, simultaneamente, [1] *a priori*, no sentido de que o próprio *entendimento* as formulariam; e [2] aplicadores das deduções, no sentido de que suas formulações refeririam aos objetos reais. Seria por isso que tais categorias são caracterizadas como conceitos que fundamentam o *idealismo transcendental*. Além disso, as aplicações das categorias teriam

certo estranhamento pelo sentido comum que o termo intuição tem: faculdade ou ato de perceber, discernir ou pressentir coisas, independentemente de raciocínio ou de análise Ex.: *sua i. Ihe dizia que era melhor partir*. (INTUIÇÃO. In: DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa 3.0).

⁴ Kant literalmente compara a tarefa de provar a aplicabilidade das categorias tal como a aplicabilidade de um litígio aos moldes do direito romano sob os auspícios de princípios jurídicos fundamentais, tais como a questão de direito (*quid juris*) e a questão de fato (*quid facti*) (KANT, 2001, p. 119).

caracteres essenciais: [a] de determinação aos objetos reais pelas suas configurações através das *formas do tempo* e do *espaço*; [b] de seus conteúdos qualitativos serem quantificados e [c] de suas mudanças empíricas serem mudanças da substância permanente que seguem leis de causalidade.

Importante ressaltar o papel das sínteses da experiência como representações dos *juízos*, bem como o modo pela qual elas se direcionam sobre a contingência das multiplicidades do mundo real. Com efeito, essas sínteses passariam por um processo que começa [1] por uma representação dada por uma *experiência mínima* relacionada a um *a priori* pelas necessidades que as caracterizam como tal; depois, [2] por uma representação unificadora da multiplicidade do real dada por uma *síntese da apreensão*; e, por fim, pela autoconsciência do sujeito desses processos sintéticos através de uma *síntese do reconhecimento*. Desse modo, essa autoconsciência formada pelos sujeitos seria configurada através de um *eu* mantido numa sucessão temporal, cômico de todas as etapas dessas experiências e das suas sínteses através do *eu penso*, cuja denominação feita por Kant é de *apercepção*. A *apercepção* corresponderia a uma etapa excelsa, a uma última síntese denominada de *unidade sintética da apercepção*.

De fato, as *faculdades da sensibilidade e do entendimento*, apesar de serem distintas em suas funções específicas, não são funcionalmente separadas no processo de realização do conhecimento. Diante disso, uma questão fundamental surge: como que o aparelho cognitivo humano realizaria o processo de conhecimento através dessas duas *faculdades* que operam com funções tão díspares, pois o *conceito do entendimento* é da ordem da representação, da ideia e as *formas puras da intuição da sensibilidade* são eminentemente empíricas, fenomênicas? Segundo Kant, a resposta a essa questão é que há uma representação servindo como elemento homogêneo e mediador entre o *conceito* e a *intuição* denominado de *esquema transcendental*, podendo ser considerado, estrito senso, como o arcabouço do *idealismo transcendental* kantiano. Não por acaso, Kant reservou um capítulo da *Análítica dos Princípios* para tratar desse assunto titulado de *Do Esquematismo Dos Conceitos Puros Do Entendimento*. Na verdade, esse *esquema* deveria ser de tal forma que não tivesse exclusivamente a qualidade empírica ou a teórica, mas que tivesse ambas as qualidades, como afirma Kant:

É claro que tem de haver um terceiro termo, que deva ser por um lado, homogêneo à categoria e, por outro, ao fenômeno e que permita a aplicação da primeira ao segundo. Esta representação mediadora deve ser pura (sem

nada de empírico) e, todavia, por um lado, *intelectual* e, por outro, *sensível*. Tal é o *esquema transcendental* (KANT, 2001, p. 182).

Desse modo, haveria uma união entre o *entendimento* e a *sensibilidade* pela mediação da faculdade da *imaginação produtiva*, em que o objeto apreendido através da *sensibilidade* fosse representado pelo *conceito* através do *entendimento*. Para isso, o *tempo* como condição formal da multiplicidade interna ao sujeito serve como uma representação das representações aprioristicamente homogêneas ao *conceito* e ao *fenômeno* como *tempo transcendental*, unindo a *categoria* e o *fenômeno* como *esquema*. Decerto, embora o *esquema* seja um produto da *imaginação*, ele não seria, a rigor, uma mera imagem, mas sim uma instância anterior à imagem produzida quando se representa um objeto. Isso quer dizer que a instância anterior à imagem e a própria imagem, apesar de as duas serem produtos da *imaginação*, são instâncias perceptivelmente diferentes. Ao meu entender, o que Kant estava sugerindo sobre isso é que a imagem é, digamos, um produto objetivado e o *esquema* é, digamos, um produto processual ou um *monograma da imaginação pura a priori*, que possibilita a formação dessas imagens. Como atesta Kant: “Ora é esta representação de um processo geral da imaginação para dar a um conceito a sua imagem que designo pelo nome de esquema desse conceito” (KANT, 2001, p. 183). Enfim, o *esquema* pode ser considerado como uma condição formal apriorística da *sensibilidade* que restringe o funcionamento do conceito do *entendimento* e a condição processual pela qual os *esquemas* funcionam é denominado de *esquematismo*. Como Kant afirma de maneira clara:

Daremos o nome de *esquema* a esta condição formal e pura da sensibilidade a que o conceito de entendimento está restringido no seu uso e o de *esquematismo* do entendimento puro ao processo pelo qual o entendimento opera com esses esquemas (KANT, 2001, p.183).

Outro ponto que se deve ressaltar sobre o seu funcionamento é que apesar de cada *esquema* possuir modalidades correspondentes a cada tipo de categoria, há uma generalização pela determinação do *tempo* sobre elas, ou seja, os *esquemas* não são mais que determinações *a priori* do *tempo* segundo regras. E essas determinações se referem, pela ordem de *categorias*, respectivamente, [1] à série do *tempo*, [2] ao conteúdo do *tempo*, [3] à ordem do *tempo* e, por fim, [4] ao conjunto do *tempo* no que toca a todos os objetos possíveis. Ora, se o *esquema* é determinado pelo *tempo*, conseqüentemente, o *esquematismo*, como processo de *esquemas*, é estabelecido pela predominância do *tempo*, ligando-se ao modo da *apercepção transcendental* e das sínteses das *categorias* sobre o *fenômeno* como regra determinante,

dando-lhes *significações*. Em suma, a explicação do modo pelo qual o *esquematismo* funciona está coerente com a ideia de que o processo de realização do conhecimento é feito de tal maneira que o *entendimento* e a *sensibilidade* não se antepõem um a outro, mas se conectam simultaneamente. Isso é confirmado pela famosa declaração de Kant que afirma o seguinte: “os pensamentos sem conteúdos são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (KANT, 2001, p. 89).

Em geral, na leitura da *Crítica da Razão Pura*, percebem-se cadeias de argumentos que são, em certo ponto, convincentes. Apesar de esses argumentos, não raramente, colocarmos diante de perplexidades e de impasses, tais como evidenciados nas postulações de Kant sobre o *esquematismo*. Uma dessas perplexidades se expressa na controversa de que a teoria de conhecimento kantiana, e nisso inclui o *esquematismo*, corresponderia à cognição ordinária do dia a dia ou se corresponderia somente às ciências matemáticas e físicas. Essa questão parece ser mais um dos assuntos controversos sobre a interpretação de Kant. Todavia, pode-se salientar que as *formas puras da intuição*, o *tempo* e o *espaço*, são entendidas por Kant como referentes tanto à prática científica como à experiência cotidiana. Creio que isso advém de uma concepção moderna da física, sabendo-se que hoje ninguém mais a sustentaria. Assim, parece que essas *formas* e o modo de seu funcionamento dado pelo *esquematismo* através da junção dos *conceitos* referenciais dizem respeito a uma cognição generalizada, a qual todas as pessoas podem experimentar no dia a dia, como salienta Wood:

A teoria de Kant, portanto, ainda que não seja mais sustentável, é de um interesse perene porque é uma das últimas tentativas plausíveis de realizar uma teoria unificada do espaço e do tempo simultaneamente da perspectiva científica e epistemológica cotidiana. Isso é algo de que ainda necessitaremos, embora não saibamos como obtê-lo. A própria física nunca mais será um departamento intelectualmente satisfatório de conhecimento até que ganhemos de alguma forma uma concepção de espaço e tempo que reconcilie a ciência com a experiência cotidiana vivida (WOOD, 2008, p 57-58).

Além disso, outra dessas perplexidades seria a seguinte: como poderíamos saber consistentemente o modo pelo qual o *esquematismo* operacionaliza a ligação entre os *conceitos* e os *fenômenos*? Ao que tudo indica, essas perplexidades e impasses não eram indiferentes ao próprio Kant, como ele mesmo declarou: “Este esquematismo do nosso entendimento, em relação aos fenômenos e à sua mera forma, é uma arte oculta nas profundezas da alma humana, cujo segredo de funcionamento dificilmente poderemos alguma vez arrancar à natureza e pôr a descoberto perante os nossos olhos” (KANT, 2001, p.183-184).

Todavia, sob a perspectiva do *idealismo transcendental*, se para ter conhecimento de alguma coisa é necessário o ato da experiência, então, para se conhecer o *esquematismo* é necessário haver experiência. No entanto, o *esquematismo* é um processo e não temos condições empíricas de ver um processo, mas apenas seus produtos. Desse modo, a relação entre *conceito* e *fenômeno* depara com o notório problema metafísico da relação entre objeto e sujeito, o qual pode ser racionalmente justificado por argumentos filosóficos. Enfim, muito embora a perplexidade diante da resposta de Kant sobre o *esquematismo* num tom quase místico nos encanta, nesse caso, o *idealismo transcendental* parecer ter, a meu ver, um tipo de deflação na justificação metafísica por negligenciar o uso de argumentos mais racionais.

Referências bibliográficas

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos & Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DICIONÁRIO de Filosofia de Cambridge. São Paulo: Edição Paulus, 2006.

DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss Eletrônico da Língua Portuguesa 3.0.

WOOD, Allen W. *Kant*. Tradução de Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008.